

Debite um analfabeto no seu cartão: a solidariedade como estratégia para alfabetizar a população e desresponsabilizar o Estado¹

*Charge an illiterate person to your credit card: solidarity as a strategy
to teach reading and writing and free the State of this responsibility*

Clarice Salette Traversini²

RESUMO

Adotar analfabetos, multiplicar sujeitos solidários e empresariar o analfabetismo foram consideradas neste artigo como práticas "solidárias", cujos efeitos esperados são a redução do analfabetismo e o aumento da responsabilidade da sociedade civil na solução dos problemas sociais do país. Tal argumento foi construído por meio do estudo de uma parcela dos discursos do Programa Alfabetização Solidária (PAS), criado em 1997, como uma política nacional para erradicação do analfabetismo no Brasil. A pesquisa contou com os estudos de governo e governamentalidade inspirados em Michel Foucault e com a análise de um conjunto de publicações do PAS, editadas periodicamente (1997-2002) com ampla circulação nacional. A pesquisa possibilitou aguçá-lo olhar para a multiplicidade dos usos da solidariedade nas últimas décadas. Com isso, ao se enredar na racionalidade neoliberal, a solidariedade constitui-se em uma estratégia que, ao mesmo tempo, promove a alfabetização de jovens e adultos e pode potencializar a desresponsabilização do Estado em relação aos direitos sociais.

Palavras-chave: Alfabetização de Jovens e Adultos; Governamentalidade; Programa Alfabetização Solidária

ABSTRACT

The adoption of illiterates, the multiplication of solidary subjects, and the management of illiteracy have been considered in this research as "solidary" practices whose expected effects are illiteracy reduction and increased civil responsibility for the solution of the country's social problems. Such an argument was constructed by means of a study of some of the discourses of Programa Alfabetização Solidária (PAS), founded in 1997 as a national policy to eradicate illiteracy in Brazil. The research considered studies of governmentality carried out by Michel Foucault as well as the analysis of PAS sources which were periodically published (1997-2000) with a wide national circulation. This research has allowed for a sharp look at the multiplicity of uses of solidarity over the last decades. By intertwining itself with the neoliberal rationality, solidarity was constituted as a strategy to foster literacy of youths and adults at the same time it might potentiate the State's exemption from this responsibility.

Keywords: Literacy of Youths and Adults; Governmentality; Programa Alfabetização Solidária

¹ Uma versão deste artigo, com título homônimo, foi apresentada na 28ª Reunião Anual da ANPED, em 2005, no GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas.

² Professora do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora nas áreas de alfabetização e formação de professores (Porto Alegre, Brasil). E-mail: clarice.traversini@ufgrs.br.

Debitar um analfabeto no cartão crédito. Essa não é apenas uma frase publicada em revistas de circulação nacional e divulgada em *folders* para sensibilizar as pessoas a patrocinar um programa de alfabetização. Pois, se acreditamos que as palavras produzem realidades, nós nos deparamos com outra linguagem para tratar das políticas de alfabetização, com outras estratégias de administração dos problemas sociais e com outra concepção do que vem a ser o compromisso do Estado. É sobre questões como essas que se concentra o presente texto.

Inicialmente, é importante lembrar que alfabetizar a população de um país tem sido uma meta explicitada recorrentemente em planos de governos, exigida por agências nacionais e internacionais de financiamento de programas sociais e discutida nas universidades. Nos documentos oficiais, uma das justificativas para o alcance de tal meta é conhecida por todos nós: se quisermos mudar o Índice de Desenvolvimento Humano do país (IDH) e aumentar sua produção e sua riqueza, será preciso alfabetizar todas as crianças em idade escolar, os jovens e os adultos analfabetos.

No entanto, alguns estudos históricos e etnográficos (Frago, 1993; Graff, 1994; Street, 1995; Magalhães, 2001) mostraram que, nos últimos séculos, altos índices de alfabetização não se relacionam diretamente com desenvolvimento industrial, plena saúde da população e elevados índices de emprego de uma cidade, país ou região. A pesquisa realizada (Traversini, 1998) mostrou que o índice de 100% de alfabetização de Poço das Antas/RS era produzido pelo contexto cultural do município, ou seja, era efeito das implicações entre a escola, a religião, os valores e as práticas comunitárias e a imprensa. Além disso, não estava correlacionado a um desenvolvimento urbano-industrial que porventura pudesse suscitar a necessidade de uma população alfabetizada ou o contrário. Também o estudo de Gomes (2001) evidenciou vínculo entre alfabetização e religião, com maior ênfase do que a alfabetização e o desenvolvimento econômico do município onde a pesquisa foi realizada.

Estudos como os acima citados e a aproximação realizada a partir da perspectiva pós-estruturalista possibilitaram outros olhares acerca das políticas e do próprio processo de alfabetização. Com o estudo dos escritos de Michel Foucault, particularmente sobre governamentalidade e

governo, e de autores que os utilizaram, comecei a perceber a alfabetização não apenas como uma das condições de desenvolvimento econômico e social do país, tampouco como um processo para ensinar somente a ler, a escrever e a contar. Procurei compreender os discursos sobre a alfabetização como práticas que incitam a produção de modos particulares de ser e agir das pessoas na sociedade. Alfabetizar pode ser considerado uma forma de administrar, de governar cada indivíduo em particular, bem como a população de uma comunidade, cidade, estado e país. Para Foucault (1998), governar uma população é torná-la produtiva. Governa-se para aumentar as riquezas, a duração da vida, conservar a saúde, escolarizar a população. Para atingir esses fins, são inventados instrumentos como as campanhas, por meio das quais “se age diretamente sobre a população”. São inventadas também “técnicas que vão agir indiretamente” sobre a população (Foucault, 1998, p. 289).

Partindo desse olhar, percebi que o Programa Alfabetização Solidária (PAS), uma campanha nacional de alfabetização proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso, constituía-se em um instrumento para governar tanto analfabetos quanto alfabetizados em nosso país. Para o Programa, alfabetizar era, sim, ensinar a ler, a escrever e a calcular, mas passava a ser também uma forma de reduzir os índices de analfabetismo nas “áreas com mais alta concentração de analfabetos jovens, de acordo com o *ranking* elaborado a partir de dados do IBGE” (Programa Alfabetização Solidária, 1997, p. 7). Isso quer dizer que, ao alfabetizar, administra-se a parcela da população de um determinado modo, evitando a formação de áreas com concentrado potencial de risco social. Entendido assim, o Programa objetivava evitar a composição de comunidades de indivíduos analfabetos, pobres e desempregados que, devido a essas condições, mantinham as indesejáveis taxas de analfabetismo e de desenvolvimento humano do Brasil. Mais do que ações de governo, havia no PAS “práticas de governo”, ou seja, “ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social” (Veiga-Neto, 2002,

³ No decorrer deste artigo, utilizo o termo “governo”, e não “governo”. Os termos *gouverne* e *gouvernement*, presentes nas obras de Foucault, foram traduzidos para a língua portuguesa como “governo”, termo que pode ser usado tanto para referir-se a uma instância governamental, administrativa e centralizada quanto a uma ação de dirigir ações alheias. Veiga-Neto (2002) sugere uma “ressurreição” do uso do termo governo, não para lhe fixar o sentido, mas para aproximar o termo do uso de Foucault, ou seja, “governo” considerado como a direção das condutas de si e dos outros. Quando se tratar de citações literais, mantenho o termo utilizado.

p. 21) que, inter-relacionadas, incidiam sobre o modo de ser de cada sujeito não-alfabetizado para transformá-lo em alfabetizado.

O Programa Alfabetização Solidária não era apenas uma política de erradicação do analfabetismo ou, dizendo de outro modo, uma prática de alfabetização qualquer; afinal, essa alfabetização era adjetivada de *solidária*. A própria instituição que inventou o Programa foi nomeada Comunidade Solidária.⁴ O PAS tinha na “solidariedade” uma importante estratégia para o seu próprio funcionamento, para o envolvimento de brasileiros nessa causa e para a administração de problemas sociais no Brasil. Pacheco (2003), em sua pesquisa sobre o PAS, também apontou a solidariedade como uma das justificativas para a transferência das responsabilidades do setor público para o privado.

Para estudar como se exercia a administração do analfabetismo com base na solidariedade, analisei os discursos do Programa contidos em quinze publicações do *Boletim Alfabetização Solidária*⁵ que faziam referência à solidariedade e às parcerias. Essa publicação foi selecionada por ser editada de forma sistemática, possuir uma tiragem média de 30.000 exemplares⁶ e ser dirigida e distribuída gratuitamente aos diferentes parceiros do Programa.

É importante destacar que dentre as seis parcerias do PAS (Comunidade Solidária, Ministério da Educação, Universidades, prefeituras, empresas e “pessoas físicas” ou voluntários) este estudo centra atenção na parceria com as empresas privadas. Tal opção foi feita para perceber os detalhes da articulação entre as empresas privadas e o PAS, ou seja, como essas instituições se mobilizam, engendram e divulgam as formas de

⁴ O Programa Alfabetização Solidária esteve sob sua responsabilidade até 1998. Desde então, passou a ser coordenado e administrado pela Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária (AAPAS), caracterizada como “uma organização não-governamental sem fins lucrativos e de utilidade pública”. Essa mudança objetivou a “captação de recursos e agilidade no gerenciamento das atividades” (Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária, 1998, *sp*). O Programa funciona por meio de parcerias, envolvendo as seguintes entidades: a Comunidade Solidária, o MEC, as universidades, as prefeituras, as empresas e a chamadas “pessoas físicas” ou os voluntários. As empresas privadas, os voluntários e algumas instituições governamentais dividem o custo-aluno equitativamente com o MEC. Cada um doa R\$17,00 mensalmente por aluno durante seis meses (Boletim Alfabetização Solidária, 1997).

⁵ As publicações escolhidas iniciaram-se no ano em que o PAS foi implementado (1997) e se estenderam até 2002, prazo final da coleta de dados para a pesquisa.

⁶ Como nas publicações não há o número de tiragem, solicitei essa informação via telefone ao setor de divulgação do PAS.

operacionalizar a parceria, e como significam a solidariedade. Interessou-me também ver como a forma de gerenciamento da empresa privada se imiscuiu na forma de desenvolvimento do PAS.

No caminho metodológico percorrido, contei com a noção de discurso, inspirada em Michel Foucault. Em seus estudos, esse autor empreende uma tarefa “que consiste em não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como *práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam*” (Foucault, 2000, p. 56, grifo meu). Desse modo, a análise dos dados coletados exigiu atenção à linguagem e focalização “não no que a linguagem *significa*, mas no que ela *faz*” (Rose, 2001, p. 159, grifos do autor). Em decorrência de tal opção, não tratei o discurso do Programa como um mero texto que apenas traz informações, relatos de processos pedagógicos bem-sucedidos e registros de consecução de parcerias eficientes, mas como um texto que “faz”, que gera efeitos sobre a conduta dos indivíduos, que conduz, que produz, seduz e mobiliza alfabetizados e analfabetos para que, movidos pela solidariedade, se envolvam no processo de erradicação do analfabetismo.

Inspirado na noção foucaultiana de discurso, o estudo problematizou a solidariedade, tratando-a como uma estratégia de governo instituída no Programa. Com isso, o objetivo não foi caracterizar quem era “realmente” o sujeito alfabetizado pelo Programa, mas descrever algumas práticas utilizadas com vistas a tornar cada alfabetizando um tipo de sujeito almejado para uma sociedade em que o Estado reduziria suas responsabilidades em relação aos direitos sociais.

Com a análise dos materiais a partir das ferramentas teóricas selecionadas, pretendo mostrar, neste texto, que a solidariedade proposta no PAS consistia em uma estratégia que estimulava na população “autonomia individual e a associatividade em instâncias não-Estatais”, flexibilizando o Estado em suas funções controladoras e em ser o “provedor da sociedade” (Veiga-Neto, 2000, p. 201). Discuto, na primeira seção, a adoção de analfabetos e a instituição de parcerias propostas pelo PAS como práticas solidárias. Em seguida, destaco que, para exercer tais práticas, era necessária a multiplicação de sujeitos solidários. Por fim, argumento que o PAS operacionalizava uma política de alfabetização de jovens e adultos que poderia produzir como efeito o empresariamento da erradicação do analfabetismo.

PRÁTICAS SOLIDÁRIAS: A ADOÇÃO DE ANALFABETOS E A INSTITUIÇÃO DE PARCERIAS

Desde sua constituição como um “problema nacional” na década de 1930, o analfabetismo tornou-se uma preocupação do Estado (Beiseigel, 1974, p. 78). Com isso, sua erradicação também passou a ser um compromisso do Estado e, por vezes, de algumas entidades filantrópicas. A partir das últimas décadas, esse compromisso passa a ser também de todos os brasileiros e das empresas privadas que têm “responsabilidade social”. O Estado continua intervindo em problemas sociais, mas de modo diferente: desestatizando as ações sociais e dividindo sua execução com a sociedade civil por meio da constituição de uma rede de parcerias. A noção de parceria passou a ser largamente utilizada na área da educação para definir

tanto a relação contratual estabelecida entre governos estaduais e fundações privadas que produzem programas de educação pela TV, quanto para designar convênios mantidos por governos municipais ou estaduais com organizações comunitárias para o desenvolvimento de movimentos de alfabetização de jovens e adultos (Di Pierro, 2001, p. 327).

No PAS, a parceria era apresentada como a promoção de “uma nova relação entre Estado e Sociedade para combater a exclusão social”, buscando uma “atuação estatal eficiente e eficaz a partir da descentralização e integração das ações no nível local e melhoria da gestão das ações governamentais” (Brasília, 2000a, p. 1). A referência sinaliza que a almejada “eficiência do Estado” era buscada na parceira com as empresas privadas.

A organização de uma rede de parceiros foi tratada pela Comunidade Solidária como “uma nova forma de conceber e trabalhar a questão social: são redes constituídas sem hierarquia, por adesão dos parceiros e que funcionam baseadas no engajamento de seus integrantes” (Brasília, 2000b, p. 6). O engajamento, a adesão e o não-estabelecimento de hierarquia seriam formas de interpelar cada parceiro sobre a responsabilidade na solução dos problemas sociais. Assumindo tal responsabilidade, cada parceiro passaria a integrar a rede solidária, pertencendo a uma “comunidade solidária”, ou seja, ele pertenceria a uma comunidade comprometida em auxiliar o Estado na solução dos problemas sociais. Esses parceiros praticariam a solidariedade por meio da adoção de analfabetos. A adoção poderia ser efetivada pelas empresas e por qualquer indivíduo por meio da destinação de recursos

financeiros para viabilizar os cursos de alfabetização nos municípios com elevados índices de analfabetismo.

A partir de 1997, com o início do PAS, vários empresários que consideravam possuir “responsabilidade social” passaram a dividir com a Comunidade Solidária a meta de alfabetizar jovens e adultos. Eles constituíram-se em “parceiros solidários” que viabilizaram o PAS, adotando um ou mais municípios com elevados índices de analfabetismo localizados nas regiões Norte e Nordeste. Os empresários e suas instituições recebiam destaque nas publicações do PAS. Em todas as edições bimestrais do *Boletim Alfabetização Solidária* estudadas aqui foram editadas entrevistas com os empresários ou com os responsáveis pela área social da empresa que praticava a adoção e, portanto, a solidariedade, expondo sua “responsabilidade social” e incentivando outros empresários a aderirem ao PAS. A partir de 1999, com a implementação do PAS nos grandes centros urbanos, as publicações também passaram a destacar os voluntários que aderiram à campanha “Adote um Aluno”, demonstrando as razões de sua adesão ao Programa e, com isso, incentivando outros voluntários a adotarem analfabetos.

Interpelados como co-responsáveis na administração dos problemas sociais, empresários e voluntários constituíam a parceria entre Estado e sociedade produtiva, assumida por ambos como necessária para intervir nos problemas sociais e na educação da parcela da população pobre e analfabeta. A parceria para viabilizar programas sociais originou novas funções nas chamadas empresas solidárias. Em uma das entrevistas, o gerente de responsabilidade social da montadora de veículos Ford declarou que, em 2000, havia sido criada, no Brasil, a “primeira Gerência de Responsabilidade Social da empresa no mundo”, priorizando investimentos nas áreas da educação e do meio ambiente. Sua criação deveu-se à crença da Ford na idéia de que “todas as empresas cidadãs têm uma missão social a cumprir, o que torna imperativo o envolvimento com os principais problemas sociais do país” (*Boletim Alfabetização Solidária*, 2001b, p. 8). Prestar atenção a falas como essa é vital para perceber que é no detalhe que as funções sociais do Estado estão se reconfigurando. Como mostrou Vieira (2001) em seu estudo, no modelo de parcerias do PAS, a ação efetiva do Poder Público dependia da iniciativa de empresas ou da sociedade civil.

Do mesmo modo que os empresários, os voluntários constituídos pelo Programa como cidadãos solidários declararam sentir-se conclamados a auxiliar o Estado na tarefa de erradicar o analfabetismo, adotando

analfabetos. Exemplo disso é a psicóloga e “cidadã solidária” que adotou 10 analfabetos. Na entrevista, ela ofereceu uma “receita de solidariedade” para aqueles(as) que ainda não haviam aderido ao Programa: “só falta um pouquinho de amor, respeito e confiança num futuro melhor onde cada um tem seu papel, trabalhando por um só objetivo, o bem de todos” (Boletim Alfabetização Solidária, 2001b, p.10).

As entrevistas publicadas nos boletins do PAS mostram que a erradicação do analfabetismo era uma responsabilidade assumida por empresários e cidadãos solidários como se fosse um dever e uma tarefa a ser realizada por todos aqueles que sabiam ler e escrever e se sentiam comprometidos em ajudar uma parcela da população analfabeta. Com essas análises, não se está menosprezando a ação das empresas ou dos indivíduos no que tange a contribuir para que a população brasileira se torne alfabetizada. Pretendo mostrar que, na racionalidade neoliberal de governo, as instituições privadas que se propõem a intervir no público, assim como aquelas não-governamentais, “têm sido úteis para que os governos se desobrigem, pelo menos em parte, do controle e do custeio sociais” (Veiga-Neto, 2000, p. 201). Especificamente nos estudos sobre o PAS, pesquisadores como Vieira (2001), Gomes (2002), Arruda Filho (2003), Pacheco (2003) e Rodrigues (2003) evidenciaram que as ações solidárias e o incentivo à participação de empresários e voluntários na erradicação do analfabetismo atendem aos projetos de reorientação neoliberal, cujo efeito é a desresponsabilização do Estado com os direitos sociais.

No entanto, a proliferação de instâncias privadas e não-governamentais não significa que a racionalidade de governo contemporânea “renunciou à vontade de governar”, mas que passou a inventar outros mecanismos de governo, como as parcerias, para alcançar seus objetivos com maior eficiência e com o envolvimento da sociedade. Se, por um lado, o neoliberalismo torna-se crítico da política centralizada de governar, por outro, mantém a “pressuposição de que a realidade é programável” e as dificuldades que nela se apresentam podem ser diagnosticadas e modificadas por meio de processos adequados de intervenção (Miller e Rose, 1993, p. 83).

No PAS, estabeleceram-se, então, estratégias mais eficientes, meios mais adequados para elevar as taxas de alfabetização da população brasileira, levando-se em conta as críticas do não-funcionamento de políticas

centralizadas para a extinção do analfabetismo. Pensada assim, a erradicação do analfabetismo continuou sendo uma meta importante dos governos federais, mesmo depois da realização de várias campanhas, durante a última metade do século XX, sem ter atingido a plena alfabetização da população (cf. Haddad, 1993; Haddad e Di Pierro, 2000).

Desde a primeira campanha nacional de alfabetização – a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos –, constatava-se que o decréscimo do índice de analfabetismo, “de 55% em 1940 para 49,31% em 1950 e para 39,48% em 1960”, era devido à “maior difusão do ensino primário” e ao “aumento populacional”, e não apenas à ação da campanha (Paiva, 1987, p. 194). O MOBRAL, por sua vez, uma das mais divulgadas campanhas de alfabetização, estabeleceu como meta “extinguir o analfabetismo até 1975” (Paiva, 1987, p. 293). No entanto, no início da década de 1980, os índices de analfabetismo no país eram de 25,5% (Brasil, 1997). Com base nisso, argumento que, se por um lado a realidade é programável, por outro, essa realidade construída como problemática sobre a qual se age não se mostra tão administrável quanto parece – “ela é por demais ingovernável” (Miller e Rose, 1993, p.85). Assim sendo, a não-obtenção dos resultados previstos em uma campanha ou programa de erradicação do analfabetismo move os administradores a inventar outros mecanismos para atingir o aumento dos índices de alfabetização no país. Ao identificar temas e processos emergentes nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, Di Pierro (2005) também observa o interesse dos administradores públicos quanto à questão. Segundo a autora, “os desafios da alfabetização e elevação da escolaridade tendem a ocupar o centro do debate público atual a respeito da educação de jovens e adultos no Brasil”, secundarizando outras dimensões relevantes da educação popular (p. 1117). Isso mostra que persiste a preocupação com os sujeitos analfabetos ou pouco escolarizados entre os administradores públicos e agora também entre os gerentes das organizações privadas, seja para certificar a qualidade das empresas, seja para poder figurar na lista dos países com elevação de índice de IDH, ou por outros interesses.

É importante destacar que, no final do século XX, as parcerias entre Estado e sociedade civil constituíram-se em um dos mecanismos utilizados para erradicar o analfabetismo. Mesmo que a parceria seja uma estratégia utilizada pela sociedade civil há mais tempo, com o neoliberalismo, ocorreu uma apropriação dessa forma de ação por parte do Estado para solucionar os problemas sociais que estavam sob sua responsabilidade. Com as parcerias,

estão envolvidos agora o Estado e a sociedade civil em um mesmo compromisso: intervir nos locais para gerenciar o risco social.

Ao se divulgar a adoção como uma prática importante, necessária e solidária, aciona-se a seguinte forma de articulação entre Estado e sociedade civil: responsabilização dos parceiros solidários pela erradicação do analfabetismo. Eles são mobilizados pelo discurso da educação como solução para o desenvolvimento dos países. Nesse sentido, por acreditar na alfabetização como uma condição “essencial” para elevar os índices de desenvolvimento econômico e social, a Companhia Vale do Rio Doce tornou-se parceira do Programa, adotando 100 municípios do Norte e Nordeste. Nas palavras do presidente da empresa, “o analfabetismo está na raiz de todos os problemas do nosso país [...]. Para resgatar os direitos mínimos do ser humano, devemos começar pela forma mais elementar de capacitação, que é a alfabetização” (Boletim Alfabetização Solidária, 2000a, p. 12).

Como o desenvolvimento do país é considerado dependente da alfabetização de sua população, foi proposta no PAS uma prática profilática para o “mal” do analfabetismo, a ser operada pelos empresários e voluntários que adotavam analfabetos. Essa prática levava os sujeitos solidários a se tornarem comprometidos com o sucesso de si próprios, dos outros e do Estado. Pela produção de condutas solidárias, comprometidas com o combate do analfabetismo, procurava-se, para utilizar a expressão de Corazza (2001, p. 92), “neutralizar as ameaças” contra o desenvolvimento, a empregabilidade, a produção de riquezas e o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano. Para isso, difundia-se na sociedade um discurso de que cada vez mais havia necessidade de sujeitos solidários que compartilhassem com o Estado a responsabilidade de erradicar o analfabetismo e desenvolver o país.

A racionalidade contemporânea possibilitou a produção de uma variedade de sujeitos solidários, tais como: o “amigo da escola”, o “parceiro”, o “voluntário”, o “cidadão solidário”.⁷ A esse sujeito foi conferida uma identidade: um sujeito que pratica o desprendimento de si para auxiliar o outro, que se preocupa com as comunidades e indivíduos considerados de risco, que faz “o bem” a si, aos outros, à educação e ao país. Esse sujeito solidário, heterogeneamente produzido pelos diferentes programas de

⁷ Sobre a produção dos sujeitos solidários, voluntários e “amigos da escola”, consultar estudos de Paraiso (2002), de Klein (2005) e de Martins (2004).

intervenção social e que assumia uma conduta comum almejada pela “comunidade solidária” – a responsabilidade de auxiliar o país a combater os problemas sociais como se fosse seu próprio objetivo –, precisava ser multiplicado.

A multiplicação dos empresários parceiros do PAS talvez não tenha ocorrido apenas devido a sua responsabilidade social, mas também porque apostar na educação era considerado um meio para a melhoria da economia e prosperidade nacional, o que beneficiaria suas empresas e a eles próprios. Como observa Veiga-Neto (2000, p. 205), “boa parte dos discursos de vários governantes (conservadores ou progressistas), bem como os discursos de boa parte do empresariado, não se cansam de proclamar a importância da escolarização”. Tal importância poderia ser ainda maior se os programas de alfabetização, escolarização e a própria educação, de um modo geral, pautassem sua atuação pelo desenvolvimento de competências, pela realização de avaliações padronizadas e pela premiação dos melhores alunos e professores. A atuação das escolas e dos programas educacionais marcados por essas características poderia ser considerada como uma forma adequada de preparar os indivíduos para ingressarem em um mundo orientado para o mercado competitivo.

MULTIPLICAÇÃO DE SUJEITOS SOLIDÁRIOS

Com o início do Projeto Grandes Centros Urbanos, em meados de 1999, o próprio PAS considerou necessário multiplicar os sujeitos solidários. “Antes, chamávamos os empresários a participar da alfabetização de jovens e adultos”, menciona o editorial de uma das publicações do Programa. Além dos empresários, “agora, convocamos pessoas físicas”, complementa o texto (Boletim Alfabetização Solidária, 1999b, p. 2). Os empresários continuaram a adotar analfabetos nos municípios do Norte, do Nordeste e de outras regiões, enquanto as chamadas pessoas físicas, ou voluntários, foram “convocados” a auxiliar no combate ao analfabetismo nos grandes centros urbanos, tais como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

As chamadas pessoas físicas poderiam adotar analfabetos por meio de doações depositadas em contas específicas ou por meio de cartões de crédito. Esta última opção era a mais incentivada pelo Programa, como sugeria uma de suas divulgações: “debite um analfabeto no seu cartão” (República, 2000, p. 77). O apelo vinha acompanhado do *slogan* “o bem que você faz não está escrito”, citado nos materiais da Campanha “Adote um Aluno”.

O apelo “debite um analfabeto no seu cartão” é um dos exemplos de como a “*forma empresarial se generaliza para todas as formas de conduta*” (Burchell, 1996, p. 28, grifos do autor), ou seja, tudo ou quase tudo pode ser comprado, inclusive o próprio auxílio para que alguém aprenda a ler e escrever. Diferentemente do que acontecia em alguns programas e campanhas de alfabetização anteriores, o voluntário não doava seu serviço, realizando a alfabetização do indivíduo analfabeto. O voluntário debitava durante seis meses o valor de R\$17,00 em seu cartão de crédito,⁸ viabilizando a alfabetização para um analfabeto, ou seja, comprando e pagando parte de seu curso de alfabetização. Apelos como esse levam a crer que, no PAS, o compromisso com a solidariedade, a responsabilidade em ajudar os outros, o “bem” que o voluntário fazia eram operados por uma forma empresarial: escolhe-se o programa social que se quer auxiliar e compra-se o serviço parcial ou total.

Além disso, o MEC, que foi o órgão estatal nacional responsável pela erradicação do analfabetismo em décadas anteriores, no final do século XX, passou a ser parceiro do PAS, destinando não a totalidade, mas a metade dos recursos financeiros para a realização dos cursos de alfabetização. Essa prática corrobora a “invenção de novas táticas e novos dispositivos que colocam o Estado sob uma nova lógica” (Veiga-Neto, 2000, p. 198). Nas palavras de Foucault (1998, p. 292), “são as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto, o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade”. Concordando com os autores acima mencionados, é possível dizer que, quando o Estado não mais assume a responsabilidade total pela coordenação, execução e acompanhamento do Programa, mas delega parte dessa tarefa para o setor privado por considerá-lo com maior capacidade e eficiência administrativa, estamos diante da invenção de uma das táticas contemporâneas para governar: táticas que redefinem as obrigações do Estado, bem como suas áreas de atuação.

A forma empresarial de multiplicação das pessoas físicas para erradicar o analfabetismo era mostrada no PAS como algo que estava “dando certo”. Em um dos registros, o Programa destacava o modo como as pessoas

⁸ Em consulta ao site do PAS (www.alfabetizacao.org.br), em janeiro de 2006, consta o valor de R\$ 21,00, a ser pago durante oito meses pelo voluntário.

denominadas de “cidadãos solidários” aderiram à Campanha “Adote um Aluno”. O PAS trazia o depoimento de um jovem paulista que conheceu “o Alfabetização Solidária por meio das filipetas encartadas na fatura do seu cartão de crédito e achou que poderia contribuir adotando alguns alunos” (Boletim Alfabetização Solidária, 2001a, p. 16). Também uma jornalista que morava em Washington, nos Estados Unidos, conheceu o PAS pelo *site* e adotou um aluno por meio do seu cartão de crédito internacional (Escrevendo Juntos, 2002, p. 6). Em uma estatística divulgada pelo PAS em agosto de 2001, “cerca de 80% dos parceiros efetuaram o pagamento dos R\$17,00 mensais através do cartão de crédito”.

Algumas empresas parceiras do PAS também realizavam a divulgação da Campanha “Adote um Aluno” para multiplicar os cidadãos solidários. A rede Cinemark exibiu gratuitamente comerciais da Campanha em 100 salas de cinema distribuídas em todo o país com a expectativa de atingir 250 mil pessoas por semana. Já as companhias Telemar, Tele Centro Sul e Telefônica comercializaram cartões telefônicos com mensagens de incentivo à adesão dos usuários (Boletim Alfabetização Solidária, 2000a, p. 11).

Apresentar pessoas do mundo da mídia como “parceiras da leitura e da escrita” foi outra estratégia para multiplicar os “cidadãos solidários”. A atriz Cássia Kiss foi citada nas publicações do PAS por adotar alunos, enquanto a também atriz Regina Duarte, “madrinha voluntária” da Campanha “Adote um Aluno”, era vista nos vídeos institucionais da Campanha “incentivando os cidadãos a participar do Projeto Grandes Centros Urbanos” (Escrevendo Juntos, 2001a, p. 5). Já o jornalista Pedro Bial e a cantora Daniela Mercury participaram da II Semana de Alfabetização, realizada em setembro de 2001, “comandando” o evento que premiou alunos, alfabetizadores e empresários parceiros do PAS (Escrevendo Juntos, 2001b, p. 15). O PAS investia nas pessoas de sucesso para mostrar que, mesmo tendo uma vida agitada e com muitos compromissos, elas sempre encontravam um jeito de auxiliar na solução dos problemas sociais brasileiros.

Mobilizar os funcionários das empresas foi uma das maneiras de multiplicar os sujeitos solidários. A Ambev é exemplo disso, pois a empresa “promoveu uma ação interna [em setembro de 2001], onde foram distribuídos milhares de folhetos explicativos sobre a Campanha ‘Adote um Aluno’ convidando os funcionários a participar” (Escrevendo Juntos, 2001a, p. 7). No que tange à área denominada Gestão de Pessoas, o seu envolvimento em ações de voluntariado, atualmente, constitui-se em um aspecto importante

não apenas para valorizar os funcionários, mas também para selecionar candidatos a ingressar na empresa. Afinal, como relata uma publicação do Instituto Ethos e do Programa Voluntários, “na visão de quem trabalha com recrutamento e seleção, ser voluntário conta pontos positivos no currículo” (Goldberg, 2001, p. 32).

Os excertos citados das publicações do Programa evidenciam que, para a administração descentralizada do social, os empresários e a população em geral eram “convocados” a compartilhar sua responsabilidade com os setores públicos para resolver os problemas sociais da parcela da população que não estava ao alcance da sedução de mercado (Bauman, 1992). Os indivíduos eram interpelados, nesse processo, para ocupar uma posição-de-sujeito: a de cidadãos solidários. Com o estudo dos textos do PAS, percebi que o cidadão solidário e o empresário parceiro precisavam ser multiplicados para que, no menor tempo possível, o analfabetismo fosse eliminado.

O sujeito solidário ou o empresário parceiro não era uma posição fixa que alguém assumia e na qual continuava para toda a vida; pessoas que adotavam alunos ou empresários que adotavam municípios podiam permanecer um período e não renovar a adoção. Nesse sentido, percebe-se um desejo do PAS de tornar os “adotantes” fidelizados⁹ ao Programa, o que nem sempre acontecia. Então o PAS investia para angariar cada vez mais “adotantes” ou substituir aqueles que não haviam renovado as adoções. Além disso, o estudo realizado (Traversini, 2003), bem como a pesquisa de Arruda Filho (2003) mostraram o surgimento do PAS amparado por acordos internacionais, tendo como meta apresentar estatísticas com o menor número de analfabetos no menor tempo possível. Tais constatações levam-me a dizer que o “apressamento” na eliminação do analfabetismo pode não deslocar o sujeito de sua posição de analfabeto. Ao contrário, pode reiterar sua condição de não-aprendizagem, pois seis meses para realizar o processo de

⁹ A fidelização é uma noção desenvolvida pelos experts da área de *marketing*, particularmente de uma abordagem denominada “*Marketing de Relacionamento*”, visando a “transformar um comprador eventual em um comprador frequente” (Rocha; Veloso, 1999, p. 48). A fidelização dos parceiros também é uma preocupação do PAS. Em sua estrutura organizacional, encontra-se um Departamento de Avaliação e Acompanhamento (DEAA) no qual “estão as gerências de Logística e Capacitação, Acompanhamento e Avaliação e Fidelização e, ainda, as assessorias de Supervisão e de Informação”. Com vistas à fidelização de parceiros, o departamento reúne e atualiza periodicamente “um banco de dados consolidados dos módulos de avaliação” e o disponibiliza “para os diversos interlocutores do Programa” (Escrevendo Juntos, 2001c, p. 18).

alfabetização nem sempre é um tempo suficiente para que alguém domine o código escrito e tenha condições de utilizá-lo no cotidiano.

Há ainda outro aspecto importante a considerar: ao se multiplicarem os sujeitos solidários, vinculavam-se os objetivos do PAS – elevar o índice de alfabetização, promover a continuidade dos estudos, aumentar a empregabilidade, gerar renda e eliminar áreas de risco social – às aspirações de cada empresário parceiro e de cada cidadão solidário. Em outras palavras, o PAS passava a ser empresariado.

EMPRESARIAMENTO DA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

“Investimento Socialmente Responsável”, “Marketing Social” e “Relações entre o 1º, 2º e 3º Setores” foram alguns dos temas dos seminários e conferências da II Semana da Alfabetização, realizada pelo PAS em setembro de 2001, juntamente a conferências sobre as políticas de educação de jovens e adultos no país. Para desenvolver esses temas, foram convidados diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco da União de Bancos Brasileiros S/A (UNIBANCO), da empresa de *marketing* Full Jazz e jornalistas da *Revista Valor Econômico* (Escrevendo Juntos, 2001b, p. 15). A opção por esses temas e convidados mostra que problemas sociais, como o analfabetismo, passavam a ser administrados por uma mentalidade econômica que privilegiava a administração de organizações sem fins lucrativos ou não-governamentais como se fossem empresas. Para isso, conhecimentos acerca da otimização dos recursos financeiros, captação, relacionamento e fidelização de parceiros eram tratados com centralidade, visando a maximizar os resultados das instituições.

Além dos temas e dos convidados para os eventos, a vinculação do PAS à lógica de mercado pode ser percebida por meio dos critérios utilizados pelos empresários para que suas empresas confirmassem a adesão ao PAS: afinidade do Programa com os objetivos da empresa. Tal afinidade foi ressaltada como um dos aspectos principais que levou a Coca-Cola a escolher o PAS “como um símbolo para o lançamento do Instituto Coca-Cola”. Para o presidente da empresa no Brasil, o PAS “foi escolhido porque tem credibilidade e sua ambiciosa proposta está alinhada com a nossa [...]: contribuir de maneira significativa com as questões sociais”. A empresa aderiu ao PAS também por considerá-lo “modelo para criação de parcerias e exemplo de resultados

com eficiente aplicação de recursos” (Boletim Alfabetização Solidária, 1999c, p. 8).

Essa afinidade foi ressaltada como importante também por outra empresa, a Philip Morris, tendo sido não apenas a possibilidade de promover a educação que a “atraiu” para o Programa. Sua adesão teria ocorrido porque o PAS concentrava suas ações visando a “melhorar as condições de vida da população nas áreas com os piores indicadores sociais do país”. Conforme explica um entrevistado, “esta meta está intimamente alinhada ao comprometimento da Philip Morris Brasil em ajudar as comunidades nas quais atuamos” (Escrevendo Juntos, 2001c, p. 8).

Ter uma proposta ambiciosa, voltar sua atenção para as comunidades “carentes” e inovar a viabilização por meio das parcerias eram características do PAS altamente valorizadas pelos empresários. Se as características de um programa de intervenção estão afinadas com os objetivos da empresa, pode-se dizer que os problemas sociais estão passando a ser administrados com base na lógica econômica. Em outras palavras, na contemporaneidade, está sendo operada uma “redefinição global do social sob a forma do econômico” (Gordon, 1991, p. 43), ou melhor, o social está subordinando-se ao econômico (Veiga-Neto, 2000; Peters, 1994).

Na análise das publicações do Programa, percebeu-se que, em uma lógica de mercado, não apenas os indivíduos eram conduzidos a escolher determinado produto, mas também as empresas estavam *escolhendo* os programas sociais nos quais seriam investidos recursos. A afinidade com os objetivos da empresa e o reconhecimento dos clientes dirigido às empresas com responsabilidade social foram critérios utilizados pelas empresas para escolher o PAS como um dos programas sociais em que era produtivo investir. Essa escolha dos empresários podia ocorrer devido ao fato de o Programa possuir a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária, formada por executivos das empresas, o que permite conduzi-lo de forma empresarial. É possível cogitar também que a opção pelo PAS deu-se porque as empresas que aderiram a ele recebiam o “Selo Solidário”, estampado em seus produtos mostrando que a empresa tinha “certificação social”.

Nesse sentido, foram registrados nos textos do PAS os eventos de premiação das empresas que optaram por ser parceiras na erradicação do analfabetismo. *Parceiros do bem*; assim foi noticiado o II Encontro Nacional de Parceiros em novembro de 1998. (Boletim Alfabetização Solidária, 1998,

p. 16). Em dezembro de 1999, um novo evento foi organizado pelo PAS para homenagear as empresas parceiras com o “Selo Solidário”. Novamente, no ano de 2001, durante a II Semana de Alfabetização, as empresas receberam selos e troféus de “empresa solidária”.

As empresas com responsabilidade social não eram apenas premiadas no PAS. Elas ganhavam visibilidade em publicações como *Maiores e Melhores*, ranking de empresas veiculado pela revista *Exame*. Também em uma publicação especial editada pela revista *Exame*, o *Guia da Boa Cidadania Corporativa*, lançada em dezembro de 2001, constatava-se que, das dez empresas-modelo selecionadas pelo *Guia*, quatro eram parceiras do PAS. Seladas e premiadas pelos programas em que eram parceiras e selecionadas como modelo de responsabilidade social por publicações de circulação nacional, as empresas parceiras do PAS ganhavam visibilidade na mídia e credibilidade, o que promovia a conquista de mais clientes, o aumento das vendas e da sua lucratividade. Empresariar um programa social como o PAS podia ser, assim, um bom negócio!

Enfim, reafirmando algumas questões discutidas no texto, destaco que uma sociedade autonomizada/governamentalizada não exige a minimização ou o enfraquecimento do Estado, mas, sim, requer uma redefinição do público a partir de uma lógica privada, ou seja, de mercado. Nessa lógica, as práticas de maximização da liberdade individual e o desenvolvimento da capacidade de escolha não produzem uma redução do governo. Ao contrário, no pensamento neoliberal, tais práticas potencializam a governamentalização de cada indivíduo, da população e do Estado (Foucault, 1997). Se o Estado estabeleceu parcerias entre várias instâncias para operacionalizar o PAS – dentre as quais destaquei, neste artigo, as empresas privadas –, não é porque ele desejasse abdicar da erradicação do analfabetismo. Ao contrário, utilizar formas empresariais para resolver uma questão social como o analfabetismo pode gerar um aumento nos índices de alfabetização em menos tempo, com menos custos mostrando que há “empresas do bem” e cidadãos solidários cumprindo sua missão redentora no país.

Compartilhar responsabilidades por meio da adoção de analfabetos, multiplicar os sujeitos solidários e escolher o PAS por serem seus objetivos afinados com os objetivos das empresas são práticas que levam a crer que os problemas sociais como o analfabetismo estão sendo empresariados, ou melhor, que o próprio Estado está sendo empresariado. Juntos, Estado,

empresas parceiras e cidadãos solidários compartilhavam dos mesmos objetivos e das mesmas responsabilidades por meio da solidariedade reinscrita nos moldes neoliberais.

Ao longo do texto, procurei mostrar a parceria, a adoção de analfabetos e a produção e multiplicação de sujeitos solidários como práticas instituídas e movidas pela solidariedade. Cabe ressaltar que “solidariedade” é uma palavra polissêmica, e a ela têm-se atribuído os mais diversos sentidos. Segundo meu ponto de vista, no PAS, a solidariedade serviu de estratégia para reinscrever um direito social como a alfabetização de jovens e adultos sob a forma empresarial. Então, um dos nossos compromissos como educadores é mostrar as relações produzidas entre práticas como a solidariedade (que tanto prezamos) e a lógica competitiva do mercado. Estudando os detalhes e os enredamentos que produziram essas relações, podemos inventar outros sentidos, outras práticas, outras linguagens para promover o acesso à leitura e à escrita e seu uso no cotidiano, um direito fundamental para qualquer sujeito, principalmente na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ARRUDA FILHO, José N. *A experiência do Programa Alfabetização Solidária no município Beberibe – Ceará no período 1998/2002*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2003.

ASSOCIAÇÃO de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária. *Estatuto da Associação de apoio ao Programa Alfabetização Solidária*. Brasília, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Intimations of Posmodernity*. London: Routledge, 1992.

BEISEIGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.

BOLETIM ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. Brasília: PAS, n. 1, jul. 1997.

_____. Brasília: PAS, n. 6, dez. 1998.

_____. Brasília: PAS, n. 7, jan./fev. 1999a.

_____. Brasília: PAS, n. 9, maio/jun./jul. 1999b.

_____. Brasília: PAS, n. 10, dez. 1999c.

_____. Brasília: PAS, n. 11, jan./fev. 2000a.

_____. Brasília: PAS, n. 15, mar./abr. 2001a.

_____. Brasília: PAS, n. 16, maio./jun. 2001b.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem da população 1996: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. v. 1.

BRASÍLIA. Programa Comunidade Solidária. *O que é*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/SecExec/oque.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2000a.

_____. Programa Comunidade Solidária. *Proposta*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/SecExec/propos.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2000b.

BURCHIELL, G. Liberal government and techniques of the self. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (Ed.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 19-36.

CORAZZA, Sandra Mara. *O que quer um currículo?* Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 2, n. 27, p. 321-337, jul./dez. 2001.

_____. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 92, n. 26, p. 1115-1139, out. 2005.

ESCREVENDO JUNTOS. Brasília: PAS, n. 17, jul./ago. 2001a.

_____. Brasília: PAS, n. 18, set./out. 2001b.

_____. Brasília: PAS, n. 19, nov./dez. 2001c.

_____. Brasília: PAS, n. 20, jan./fev. 2002.

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. In: _____. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. A governamentalidade. In: _____. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 277-293.

_____. *Arqueologia do saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FRAGO, Antonio Vinão. *Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GOLDBERG, Ruth. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2001.

GOMES, Vanise dos S. *Para Além das Areias Brancas: significados da escolarização e do alfabetismo para a população de São José do Norte – RS*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

GOMES, Ana Valeska A. *O Programa Alfabetização Solidária e o Programa Acelera Brasil: um estudo de dois casos de parcerias e alianças do terceiro setor com atores governamentais e empresariais*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

GORDON, Colin. Governmental rationality: an introduction. In: BURCHEL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Ed.) *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago: The University of Chicago, 1991. p. 1-50.

GRAFF, Harvey J. *Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HADDAD, Sérgio. *Metodologia de alfabetização de adultos: um balanço da produção do conhecimento*. Brasília: MEC/INEP, 1993.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, v. 1, n. 14, p. 29-40, jan./mar. 2000.

KLEIN, Rejane R. *Educação & Voluntariado: uma parceria produtiva*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

MAGALHÃES, Justino P. de. *Alquimias da Escrita*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Fran Nikolas. Governing economic life. In: GANE, M; JOHNSON, T. (Ed.). *Foucault's new domains*. London: Routledge, 1993. p. 75-105.

MARTINS, Clícia B. *Projeto Amigos da Escola: os sentidos das articulações possíveis entre escola e comunidade*. Curitiba: ANPED SUL, 2004. CD-ROM.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. Governing economic life. In: GANE, M; JOHNSON, T. (Ed.). *Foucault's new domains*. London: Routledge, 1993. p. 75-105.

PACHECO, Íris D'Arc da Silva. *Avaliação do processo de formação dos professores alfabetizadores do Programa Alfabetização Solidária – PAS em um município do interior do Ceará, a partir do olhar de uma coordenadora setorial*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PARAÍSO, Marlucy A. *Currículo e mídia educativa: práticas de produção e tecnologias de subjetivação do discurso da mídia educativa sobre educação escolar*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PETERS, Michael. Governamentalidade neoliberal e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 211-224.

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA. *Alfabetização Solidária*. Brasília: PAS, [1997], digitado.

REPÚBLICA. São Paulo: Cochrane, ano 4, n. 39, jan. 2000.

ROCHA, Thelma; VELOSO, André. *A hora da recompensa: como obter sucesso através dos programas de fidelização*. São Paulo: Cobra Editora e Marketing, 1999.

RODRIGUES, Rubia de Cassia Cavalli. *O Programa de Alfabetização Solidária no contexto da erradicação do analfabetismo no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do eu? *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS/ Faculdade de Educação, v. 1, n. 26, p. 33-58, jan./jun. 2001.

STREET, Brian. *Social literacies: critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. London: Longman, 1995.

TRAVERSINI, Clarice Saete. *Reflexões sobre o sucesso da alfabetização: a escola e o contexto cultural de Poço das Antas-RS*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____. *Programa Alfabetização Solidária: o governmentamento de todos e de cada um*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade no neoliberalismo: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; BRANCO, Guilherme Castelo (Org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 179-217.

_____. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzchianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

VIEIRA, Márcia A. L. *Poder público e Educação de Jovens e Adultos: Alfabetização Solidária, primeiros passos de um programa antigo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2001.

Recebido: 09/11/05

Aprovado: 13/02/06